



GT 72. Quilombos: dinâmicas territoriais, modos de vida, resistências e desafios antropológicos

Coordenador(es):

Raquel Mombelli (NEPI)

Cintia Beatriz Muller (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A presente proposta é um convite do Comitê Quilombos ao debate crítico e avaliativo acerca da atuação dos agentes e instituições do Estado brasileiro que se seguiram a promulgação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito a regularização dos territórios das comunidades dos quilombos e de reconhecimento sociocultural, inclusão sociopolítica e de promoção da igualdade racial. Propõe-se analisar os retrocessos da política de demarcação e regularização das terras de quilombo e as implicações de sua atual paralisação promovida pelo atual Governo Federal, aos direitos quilombolas e à democracia étnico racial no país. Pretende-se ainda estimular a produção de três tipos de análise: 1º) o debate do ponto de vista dos quilombolas sobre suas lutas por direitos ao território, ao patrimônio cultural e às políticas públicas; 2º) a análise dos conflitos socioambientais deflagrados por grandes projetos nos territórios quilombolas; 3º) Avaliações críticas dos avanços a partir dos instrumentos legais e marcos regulatórios voltados à garantia dos direitos;

Resistência e territorialidade / Comunidade Remanescente do Quilombo da Tapera

Autoria: Rachel de Las Casas (Iterj)

As tentativas de remoção da comunidade remanescente do quilombo da Tapera, localizada em Petrópolis (RJ), os chamados processos de desterritorialização, impulsionaram e fortaleceram seus movimentos de resistência local e luta por direitos. A ancestralidade negra destes grupos de família marca o território com a sua própria maneira de executar seu processo de resistência à opressão histórica sofrida. Tapera é um território étnico no qual a ordenação do espaço é estruturada por densos laços de parentesco, de matriz endogâmica. As especificidades étnicas desta comunidade tradicional delimitam suas fronteiras fundiárias. E muito mais que valor no mercado imobiliário regional, aquele território estrutural carrega o sentido de perpetuação do modo de vida diferenciado dos grupos de família que ali residem há, no mínimo, seis gerações de parentesco, justamente pela possibilidade de transmissão das correntes de tradições culturais que estruturam seu modo de vida naquele território específico. Esses grupos de família, os André, Casciano, Bello e Fiel, enfrentaram a opressão da especulação imobiliária da região envolvente ao seu território tradicional com um processo de resistência estruturado no afastamento da fronteira intersocietária e no fortalecimento dos seus laços de reciprocidade. A ancestralidade que marca este processo de resistência, assim como as especificidades na relação com o meio envolvente, explicitam os diferenciais de um processo de regularização fundiária de um território de uma comunidade remanescente de quilombo.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: